

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-Graduação em
História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Pinheiro Mancuso, Amanda

CADA MEMÓRIA, UMA HISTÓRIA: DISPUTAS POLÍTICAS NAS MEMÓRIAS MILITARES

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.
15, núm. 1, enero-abril, 2011, pp. 177-195

Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305525027010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

CADA MEMÓRIA, UMA HISTÓRIA: DISPUTAS POLÍTICAS NAS MEMÓRIAS MILITARES*

Amanda Pinheiro Mancuso **

Resumo. A escassez de documentos oficiais sobre os anos do regime militar no Brasil (1964-85) abriu espaço para que as memórias se transformassem em documentos sobre uma época. Até que outros documentos se tornem públicos, os testemunhos memorialísticos devem ser lidos como documentos históricos, pois são um núcleo de informações sobre a repressão. Nesse sentido, examinamos neste artigo a memória do general Sylvio Frota, cujo episódio de sua saída do governo Geisel transformou-se em marco do processo de distensão política, buscando contribuir com as discussões sobre uma fase ainda delicada da história do Brasil

Palavras-chave: regime militar; memória; militares

EACH MEMORY, A HISTORY: POLITICAL DISPUTES IN THE ARMY MEMORIES

Abstract. The lack of official documentation regarding the years of the military dictatorship in Brazil (1964-85) opened room for the memories to become documents about this period. Until other documents are made public, the memory testimonials shall be read as historical documents, as they are a data base about the repression. In this sense, this article examines the memories of General Sylvio Frota, whose dismissal from the Geisel government was a landmark of the political process of “distensão” (gradual relaxation in the authoritarian rule). Therefore, this article aims to contribute with discussions regarding such a very delicate period in the Brazilian history.

Keywords: military dictatorship; memory; military people.

* Artigo recebido em 24/11/2010. Aprovado em 07/04/2011.

** Doutora em Ciências Sociais pela Ufscar. Pesquisadora do Arquivo de História Militar Ana Lagôa/Ufscar.

CADA MEMORIA, UNA HISTORIA: DISPUTAS POLÍTICAS EN LAS MEMORIAS MILITARES

Resumen. La escasez de documentos oficiales sobre los años de régimen militar en Brasil (1964-1985) abrió espacio para que las memorias se transformaran en documentos sobre una época. Hasta que otros documentos sean publicados, los testigos memorialísticos deben ser leídos como documentos históricos, ya que constituyen un núcleo de informaciones sobre la represión. Por ello, aquí examinamos la memoria del general Sylvio Frota, cuya salida del gobierno Geisel, se transformó en el marco del proceso de distensión política, con el fin de contribuir con las discusiones sobre una etapa aún delicada de la historia de Brasil.

Palabras Clave: régimen militar; memoria; militares.

INTRODUÇÃO

Passados 25 anos do fim do regime militar, o período permanece ainda hoje como um tema de pesquisa delicado no Brasil, uma vez que lida com um tempo vivo na memória de diversos grupos sociais e suas visões encontram-se ainda sujeitas aos sabores do período. Essa tensão é aumentada em grande medida porque parte significativa dos documentos permanece indisponível ao público. Diante disso, as memórias tornam-se recurso histórico fundamental para a reconstrução de vários aspectos dos anos vividos sob a égide militar. Os discursos produzidos nas memórias constituem pistas para o levantamento das ideias de um contexto histórico em que diferentes interesses e posicionamentos político-ideológicos estão presentes, revelando aspectos de uma visão de mundo que marcou uma época.

Houve nos últimos anos um aumento do interesse histórico pela narrativa. Nesse quadro, as memórias pessoais recebem destaque, pois inserem na realidade histórica aspectos de subjetividade que dificilmente poderiam ser reconstituídos por outro meio que não a experiência. Esse fenômeno de reavivamento das memórias, que teve início no final da década de 1970, foi denominado, por Beatriz Sarlo, de guinada subjetiva e se caracterizou como restituição de confiança pela história oral na primeira pessoa que narra sua vida, para conservar a lembrança ou para reparar uma identidade maculada (SARLO, 2007, p.19).

Se a verdade não resulta da submissão a uma perspectiva memorialística – que tem seus limites – essa é uma dimensão importante,

principalmente na medida em que as memórias deixam perceber aspectos subjetivos do pensamento da época numa dinâmica que dificilmente poderia ser encontrada em documentos. Neste trabalho, a atenção está voltada para a memória de militares que tiveram participação destacada durante o regime ditatorial no Brasil. Mais especificamente, dentro do quadro de memórias militares disponíveis, o foco se volta para a análise das memórias do general Sylvio Frota, Ministro do Exército do governo Geisel. Figura fundamental deste governo, o episódio de sua demissão é um dos mais significativos deste período, entrando para a história política do país como a vitória do grupo militar “castelista” sobre a “linha dura”, consolidando o processo de abertura política.

O PANORAMA DAS MEMÓRIAS SOBRE O REGIME MILITAR

No contexto da terceira onda de redemocratização,¹ lembrar foi uma atividade de restauração dos laços sociais e comunitários perdidos no exílio ou destruídos pela violência de Estado. Com isso, as vítimas e seus representantes tomaram a palavra, principalmente, como uma espécie de cura identitária. Nesse quadro, os crimes da ditadura foram exibidos em meio a um florescimento de discursos testemunhais que se tornaram indispensáveis para a restauração de uma esfera pública de direitos. Nos países nos quais os militares não foram anistiados, o julgamento dos responsáveis exigiu que muitas vítimas dessem seu testemunho como prova do que tinham sofrido e do que sabiam que outros haviam sofrido.

Como destaca Sarlo (2007) para o caso argentino, a não ser pelos representantes das alas opositoras, que atacaram o valor probatório das narrações testemunhais, no âmbito judicial e nos meios de comunicação o papel da narração como meio de reconstrução do passado foi pouco questionado. Com isso, a expansão do movimento de retomada da palavra fez com que alguns discursos ganhassem tanta legitimidade que se tornaram impermeáveis à crítica. Nesse sentido, nem todos os testemunhos tiveram a mesma repercussão social nem tampouco foram

¹ O conceito de onda de democratização foi desenvolvido por Samuel Huntington (1994) para descrever um processo de transição de regimes não-democráticos para democráticos que ocorreu em um período de tempo específico e que foram mais numerosas do que as transições opostas durante esse período. Neste caso, terceira onda de redemocratização refere-se às transições ocorridas entre o início da década de 1970 e meados dos anos 1990.

integrados da mesma maneira à memória coletiva, e algumas memórias transformaram-se praticamente na “memória sobre a repressão”.

Embora no Brasil o processo de redemocratização tenha sido controlado pelos militares com base no princípio da anistia para os dois lados, também é possível identificar um processo de institucionalização de uma memória da repressão a partir de uma visão construída pela esquerda. Com o fim do regime, seguiu-se uma explosão editorial de biografias e autobiografias de ex-militantes da luta armada que se fortaleceu pelo interesse dos leitores em conhecer uma história silenciada. Todavia, dentre os inúmeros testemunhos surgidos nessa época, houve uma pluralidade de memórias que não foram incorporadas à memória coletiva. Isso porque, como destaca Reis (1999), no momento em que tinha início o processo de distensão política controlada pelos militares, era pertinente que o passado recente fosse recuperado como forma de conciliação, uma vez que o momento era de volta para construir o futuro e não para re-encontrar o passado. Nessas condições, se a intenção dessas memórias era recuperar o passado, não era, contudo, qualquer passado, mas um passado possível dentre as múltiplas versões que ele poderia apresentar (ROLLEMBERG, 2006).

Esse movimento de institucionalização da memória foi em parte facilitado pelo comportamento oposto dos militares, pois se, de um lado, os “vencidos” procuravam lembrar, os “vencedores”, de outro, esforçavam-se para esquecer, retornando em silêncio aos quartéis. Esse silêncio abriu espaço para que a versão da esquerda sobre o golpe e a repressão adquirisse esse caráter de verdade, dado que era a única disponível sobre os eventos desenrolados no período, levando os militares à constatação de que se havia vencido a luta contra a esquerda armada, na mesma medida havia perdido a “batalha da memória”. Essa situação, entretanto, não se manteria por muito tempo. Se ao discurso da memória transformado em testemunho é atribuído um efeito reparador da subjetividade, pois ambiciona a autodefesa, é nesse quadro que tomam vulto as memórias militares.

No mesmo período em que eram publicadas as primeiras obras memorialísticas da esquerda, ainda em fins da década de 1970 e início dos anos 1980, surgem também os primeiros testemunhos militares sobre o regime, constituindo as primeiras revelações factuais mais precisas sobre o período. Essas memórias tinham como pano de fundo principal o contexto da distensão política no governo do general Ernesto Geisel, “quando a descompressão política permitia — e talvez mesmo ensejasse — a revelação de episódios que, então, já podiam ser considerados como

históricos” (FICO, 2004, p.23). Assim, as primeiras memórias de militares do período foram as de Jaime Portella de Mello e de Hugo Abreu, publicadas em 1979. Ambos os depoimentos chamavam a atenção principalmente para as cisões internas das Forças Armadas, rompendo com o mito da unidade militar defendido por diversos analistas do período. Com o fim do regime, surgiram outros testemunhos e enquanto alguns destacavam supostas positivities do regime, outros buscavam defender as arbitrariedades do regime de exceção, com destaque para a repressão.

As transformações em curso nas décadas de 1980 e 1990, como o fim do regime militar e o fim da Guerra Fria, disseminaram a visão de que os militares estariam passando por uma crise de identidade. Embora seja possível encontrar vários posicionamentos sobre essa crise, ela se refere em termos gerais a uma indefinição sobre quais seriam, então, o papel e a missão das Forças Armadas dentro da nova ordem democrática. Nesse sentido, a identidade militar, que já se encontrava em momento de redefinição em razão da própria conjuntura política, foi afetada também pela maneira como a história de sua atuação política passava a ser incorporada à história nacional. Nesse processo de restauração identitária, os militares começaram a sentir que era chegado o momento de falar e, nos anos 1990, sob o mote da perda da “batalha da memória”, surgiram várias publicações com depoimentos de militares que buscavam estabelecer sua versão dos fatos.

Embora os primeiros depoimentos datem do final de 1970, os testemunhos militares ganharam visibilidade com a trilogia organizada por Glaucio Ary Dillon Soares, Maria Celina D’Araujo e Celso Castro (1994; 1995a; 1995b). Essas coletâneas de depoimentos, organizadas pelo grupo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas, constituíam material inédito e o mais completo até então existente da visão dos militares sobre os processos que se desencadearam sob seu comando. Pela fala de oficiais diretamente envolvidos no regime, essas obras trazem novos dados para a compreensão do golpe de 1964, do regime que perdurou por 21 anos e da “volta aos quartéis”, em depoimentos nos quais os militares expõem diretamente opiniões, pontos de vista, críticas ou elogios ao seu desempenho no exercício do poder.

Na esteira dessas obras, em 1997 foi lançado o livro com o depoimento do ex-Presidente Ernesto Geisel, colhido pelo mesmo grupo do Cpdoc (D’ARAUJO; CASTRO, 1997). A credibilidade acadêmica do projeto anterior fez com que Geisel, não afeito a entrevistas, concedesse

longas horas aos pesquisadores e que vieram a público após sua morte. O impacto da obra foi imediato e em pouco tempo ela alcançou sucesso editorial, atingindo amplo público não apenas acadêmico. Um dos fatores que colaborou para esse alcance é a posição atribuída a Geisel no processo de abertura política. Em razão disso, seu depoimento foi acolhido pelo público como uma versão oficial das Forças Armadas sobre o regime militar, ou sobre um período deste. Porém, como destacam os organizadores da série, essas obras mostram claramente que é sempre útil e necessário relembrar que os militares não são detentores de um pensamento homogêneo nem de um projeto político igualmente acatado por todos, surgindo dificuldades quando se trata de Forças Armadas sem mencionar as diversas correntes de pensamento que coexistem em seu interior.

Buscando posicionar-se dentro das variadas visões identificadas nos depoimentos então lançados, a versão institucional fez-se presente com a coletânea de depoimentos publicada pela Biblioteca do Exército intitulada “31 de março: o movimento revolucionário e sua história”, coordenado pelo General Aricildes de Moraes Motta. Inserido no projeto História Oral do Exército Brasileiro, os depoimentos estão organizados em 14 volumes que congregam cerca de 220 entrevistas realizadas entre 2000-2003 com militares e civis que, de alguma forma, tiveram envolvimento com o regime. Embora diferentes visões sobre os acontecimentos possam ser encontradas no conjunto das entrevistas, a versão oficial pode ser identificada não somente nas falas que deixam transparecer certa homogeneidade sobre os 21 anos em que as Forças Armadas estiveram no comando do Estado, mas principalmente é possível identificar a busca por essa homogeneidade na condução das entrevistas, seja pela ausência de discussão de questões polêmicas ou nos vários momentos de interferência nas entrevistas por parte do entrevistador, ditando o tom de suas afirmações.²

Os anos vividos sob o império da Guerra Fria foram tempos extremamente ideológicos, tanto na direita quanto na esquerda, característica que revela o tom da época não só nos textos políticos, mas também na mídia e nos relatos testemunhais. Isso pode ser identificado nas disputas entre “esquerda” e “direita”, ou entre “militares” e “oposição”. Porém, a essencialização desses grupos em categorias uníssonas torna-se complicada quando observamos suas disputas internas. Essa situação é ainda mais delicada quando examinamos as

² Para análises sobre a obra ver Atássio (2009) e Mancuso (2005).

Forças Armadas, que pelas próprias características organizacionais que as definem (disciplina, hierarquia, verticalidade) apresentam-se ao público externo com aspectos de coesão e unidade. No entanto, o fato é que o regime militar nunca teve a homogeneidade pregada por muitos, caracterizando-se como agrupamentos militares de composição variável e associados a tecnocratas, compartilhando o poder “de forma tensa e até conflitiva, mas acomodando-se umas às outras, alternando-se na hierarquia de poder e evitando sempre romper a ‘unidade revolucionária’” (SALLUM, 1996, p.17-18).

Apesar disso, historicamente convencionou-se identificar duas correntes fundamentais que marcaram os governos militares desde 1964. Havia uma ala conhecida como “grupo da Sorbonne”, definido como um conjunto mais moderado, sob orientação política da Escola Superior de Guerra e que defendia, entre outras propostas, a abertura econômica ao capital estrangeiro, a filiação política e ideológica ao Ocidente, o alinhamento com os EUA quanto à política externa e a manutenção do Poder Legislativo e dos partidos políticos tradicionais. Por ter se alinhado no momento do golpe em torno da candidatura do General Castelo Branco à Presidência da República, esse grupo também ficou conhecido como “castelista”. De outro lado, havia uma ala de setores militares conhecidos como “duros”, descritos como partidários da repressão sistemática dos movimentos sociais em nome do combate ao comunismo e da adoção de uma política econômica nacionalista, em particular no setor das riquezas naturais e de energia (OLIVEIRA, 1980).

Muitos autores identificam a disputa entre esses dois grupos como responsável por momentos cruciais da história dos militares no poder. A visão tradicional mais amplamente difundida concentra-se na ideia de que o processo de militarização do regime teria se dado em razão da ação da “linha dura”, que teria imposto a radicalização do regime aos militares moderados do grupo castelista. Porém, como destaca Martins Filho (2004, p.107), essa versão só poderia ser aceita se fossem ocultados aspectos importantes da história do período que vai de abril de 1964 a março de 1967, quando os castelistas estiveram no poder, pois o exame mais atento dos principais acontecimentos do governo Castelo Branco não confirma a caracterização dos castelistas como moderados. Ainda, acrescenta o autor, deixando de lado o discurso e observando suas práticas no poder, é possível perceber que este grupo exibiu um agudo pragmatismo que lhe permitiu mudar de rumo conforme as circunstâncias, mas sem perder o seu norte: a necessidade de consolidação do regime, dentro de certa ordem hierárquica, sempre que

possível, com o apoio dos políticos civis mais conservadores. Essa visão é corroborada por Fico (2004, p.81) que destaca que essa divisão clássica entre “linha dura” e “moderados” não dá conta da diversidade de clivagens que configuravam os diversos grupos militares, bastando lembrar que nem todo integrante da “linha dura” praticava ou aprovava a tortura e o assassinato político, da mesma forma que supostos moderados aceitavam e justificavam a prática da tortura em certas situações.

Entretanto, não se pode negar a existência dos conflitos e, em muitos momentos, a predominância de uma determinada visão na condução dos processos políticos. De maneira geral, se essa divisão entre grupamentos militares existiu desde o início do regime, essas alas souberam conviver por um bom tempo apesar das divergências, como pode ser visto na alternância entre seus integrantes nos cargos de comando político, o que caracterizou o regime militar brasileiro como um governo de composição. Nesse quadro, se Geisel é usualmente identificado ao grupo “moderado”, podemos antever que a “oficialização” de suas memórias não deve ter agradado ao grupo de oposição. Principalmente porque, nessa disputa, o nome de Geisel (e, conseqüentemente do grupo por ele representado) acabou diretamente associado ao processo de distensão política, enquanto a “linha dura” foi responsabilizada pela tortura, cabendo-lhe pagar a conta pelos anos de exceção.

A VOZ DA LINHA-DURA

No campo dos relatos testemunhais, assim como Geisel pode ser tomado como representante da visão dos moderados, uma obra em particular pode ser considerada representante do posicionamento da linha-dura. Trata-se das memórias do General Sylvio Frota, personagem-chave na dinâmica do jogo político entre os militares que estiveram no centro do poder durante o governo Geisel.³ O clímax da disputa entre os

³ Outras obras podem ser citadas como representantes de uma visão da linha-dura, como é o caso das obras de Ustra (2003; 2007) e de Augusto (2001). Embora tenham como interlocutor principal o discurso produzido pela esquerda revolucionária, pois procura justificar a repressão e o combate à luta armada, elas constituem de testemunhos de pessoas que são associadas à ala mais “dura” do regime e que tiveram participação ativa e direta na denominada “comunidade de informação”. Além dessas, destacamos o que ficou conhecido como Projeto Orvil, produzido pelo Centro de Informações do Exército (CIEEx), em resposta ao livro “Brasil: Nunca Mais”, organizado pela Arquidiocese de São Paulo em 1985. Inicialmente denominada como “Tentativas de Tomada do Poder”, a obra nunca chegou a ser publicada e por muito tempo circulou

dois grupos foi precisamente a demissão de Frota do Ministério do Exército pelo então Presidente Geisel.

As memórias de Frota, escritas logo após sua demissão, foram publicadas apenas dez anos após sua morte, em 2006. Seu título, “Ideais Traídos”, aponta a inserção do autor nas correntes que se convencionou classificar os militares, afirmando que os ideais perseguidos “pelos militares” desde 1922 e que se concretizaram com a Revolução de março de 1964 haviam sido traídos

por um grupo encostado no poder desde março de 1974, de falsos revolucionários e aproveitadores, que, tendo recebido delegação daqueles verdadeiros idealistas para realizá-los, seguiu em caminho oposto ao esperado, destruindo a Revolução e enterrando com ela todas as perspectivas e esperanças de atingir-se, num tempo aceitável, aqueles ideais que visavam arrancar o Brasil do subdesenvolvimento e alçá-lo a uma posição de relevo no mundo, mercê de suas enormes potencialidades (FROTA, 2006, p.24-25).

A ideia de que a Revolução de 1964 seria a concretização dos ideais revolucionários de 1922 pode ser encontrada também em “A História do Exército Brasileiro”, publicada pela Biblioteca do Exército em três volumes. Nessa obra, a construção da narrativa se empenha em mostrar que em 1922 teve início um processo de transformação tanto em termos institucional quanto nacional que se realizará plenamente com a Revolução de 31 de março de 1964 e, portanto, todos os eventos deste entremcio constituíram preparação para este desfecho.⁴

Para Martins Filho (2004), o período do governo Geisel (1974-1979) define a visão dicotômica tradicional dos grupos militares como dominante no contexto da volta dos castelistas ao poder, no clima das expectativas despertadas pela possibilidade de distensão do regime, após o período sombrio do governo Médici e, segundo o autor, o depoimento de Geisel ao Cpdoc permite supor que essa versão teria surgido nas próprias hostes castelistas. Assim, nesse contexto de dualidade, Geisel e

apenas entre militares da reserva, mas hoje pode ser facilmente encontrado na rede, sob o título de “O Livro Negro do Terrorismo no Brasil”. Segundo o General Leônidas Pires, então Ministro do Exército que ordenou a organização da obra, ela destinava-se a ser a versão oficial dos militares para a luta armada e “foi engavetada para ser usada no futuro, em caso de necessidade militar” (LIVRO secreto do Exército mostra a engrenagem da repressão. *Correio Braziliense*. Brasília, DF, 15 abr. 2007).

⁴ Para uma análise mais detalhada de “A História do Exército Brasileiro” ver Mancuso (2007).

Frota encarnavam duas visões distintas do papel das Forças Armadas no processo político:

a visão de Geisel correspondia ao afastamento das Forças Armadas (em especial do Exército) do poder político, sem todavia liberar por completo o processo político que resultaria da livre relação entre as classes sociais; para Frota, importavam antes de tudo a manutenção da ação repressiva, a preservação política dos aparelhos repressivos e a intangibilidade da expressão das Forças Armadas como organismo político predominante (no Estado) (OLIVEIRA, 1980, p.137).

A disputa protagonizada por esses dois atores, que culminou com o afastamento do general Frota do cargo de Ministro do Exército, colocou em evidência o choque entre concepções políticas distintas. Os episódios que tiveram sua participação direta são ainda bastante controversos, ao mesmo tempo em que decisivos para a história do regime. As posições frequentemente encontradas nos diversos testemunhos em torno da crise que terminou com a demissão de Frota estão relacionadas em grande medida ao posicionamento dos depoentes à época, o que pode ser verificado nos depoimentos colhidos pelo grupo do Cpdoc, pois enquanto para alguns a demissão de Frota foi um passo bem articulado e logisticamente planejado por Geisel, outros procuram demonstrar a fragilidade do governo diante da efetiva capacidade que os adeptos do Ministro teriam de destituir o Presidente (SOARES; D'ARAUJO; CASTRO, 1995, p.25). Como lembram os organizadores das coletâneas, embora as interpretações dos depoentes sejam livres, o fato de que o episódio seja ainda retratado dessa maneira revela que as clivagens militares que envolvem perdas de posições naquele momento deixaram sequelas maiores do que muitos civis poderiam imaginar.

De maneira geral, é difundida a versão de que a distensão já fazia parte dos planos de Geisel antes que este fosse empossado na Presidência da República e, naquele quadro de disputas, tal projeto só fazia sentido se a liberalização fosse mantida por seu futuro sucessor. Assim, o nome de Figueiredo já teria sido escolhido antes da posse de Geisel, que, em seu governo, buscou por todos os meios alcançar esse objetivo a despeito dos obstáculos que possam ter se apresentado nesse caminho (tais como a candidatura Frota, a crise com os EUA e as torturas em São Paulo). Nesse sentido, as atitudes tomadas por Geisel entre sua posse e a demissão do General Hugo Abreu deveriam ser vistas dentro desse projeto de distensão e liberalização imaginado pelos Generais Ernesto

Geisel e Golbery do Couto e Silva e, por isso, até mesmo atitudes que poderiam soar incongruentes com o alinhamento castelista podem ser compreendidas quando analisadas sob este prisma. Embora em entrevista a Alfred Stepan, Geisel tenha afirmado não ter um mandato para a distensão, principalmente porque a esta se opunha parte expressiva da opinião militar (especialmente nos setores ligados ao aparelho de segurança), Geisel afirmou também estar convencido de que o país não podia continuar como estava, lembrando que a abertura já era um projeto de Castelo Branco, vencido pela escolha de Costa e Silva e pelo AI-5 (STEPAN, 1986).

Como destaca Neves (2000), o relembrar individual, especialmente aquele orientado por uma perspectiva histórica, relaciona-se diretamente à inserção social e histórica de cada depoente. Assim, na busca pela construção de sua identidade, sujeitos individuais e sociais mergulham em suas histórias numa dinâmica que pode apresentar um caráter espontâneo ou direcionado. Neste caso específico, o direcionamento da narrativa biográfica de Frota evidencia-se em todo o texto, que tem por objetivo demonstrar como todos os eventos que se desencadearam e levaram à sua demissão não passaram de uma farsa a fim de desmoralizá-lo e fortalecer o poder de Geisel, recebendo por isso o nome de “A Farsa de Outubro”. Para Frota, esse empreendimento teria sido levado a cabo por um grupo que ele denomina de “grupelho do Planalto”: grupo de militares mais preocupados com a política do que com as questões concernentes à profissão militar. Os nomes mais recorrentes neste grupo são dos Generais Ernesto Geisel, Cordeiro de Farias e Golbery do Couto e Silva, que recebem destaque em toda a narrativa, permitindo que se tenha, pelo lado oposto, uma visão do grupo castelista e da posição ocupada por Geisel neste grupo.

Frota busca em sua narrativa se opor a este “grupelho” destacando sua atuação sempre como profissional. Nesse intuito procura reforçar o histórico de seu contato com Geisel, com quem não haveria tido, até sua nomeação, qualquer contato mais direto. Entretanto, o pouco contato e as opiniões negativas difundidas sobre o Presidente não o teriam impedido de desenvolver plenamente sua função:

Conhecia o general Ernesto Geisel de contatos eventuais – comuns na vida militar – sem, no entanto, com ele ter servido, permanentemente, em qualquer época ou lugar. Gozava, como referi linhas atrás, do conceito de homem inteligente, capaz e sensível aos diálogos na solução dos problemas administrativos. Todavia, a bem da verdade, é preciso mencionar que este juízo

não era generalizado, visto que muitos colegas que o conheciam mais de perto julgavam-no homem vaidoso, prepotente e egoísta que usara sempre sua inteligência em proveito próprio. Não possuía, no entanto, motivos pessoais ou razões de consciência para negar ao seu governo a minha cooperação leal e desinteressada – que jamais lhe faltou – visando sobretudo ao engrandecimento do Exército (FROTA, 2006, p.96).

Esse distanciamento entre os dois e a relação resultante pode ser explicado pelo distanciamento hierárquico entre eles. Como destaca Gustavo Moraes Rêgo, em depoimento concedido aos pesquisadores do Cpdoc, “Geisel já era tenente comandando uma bateria de Artilharia na Revolução de São Paulo, em julho de 1932, enquanto Frota era ainda cadete do terceiro ano de Cavalaria. Não foram nem contemporâneos nos diversos cursos e nem serviram juntos” (SOARES; D’ARAUJO; CASTRO, 1994, p.70). Segundo Rego, o distanciamento hierárquico tem enorme força, “principalmente quando se deseja distância para um efetivo exercício da autoridade” (SOARES; D’ARAUJO; CASTRO, 1994, p.70). Contudo, no decorrer da narrativa de Frota, sua opinião sobre o então Presidente vai se alterando sob a justificativa da proximidade entre eles que o teria feito mudar de ideia. Mais uma vez, a prerrogativa profissional é buscada como respaldo de seu comportamento e daqueles que o cercavam, pois qualquer atitude que tenha tomado ou opinião que tenha emitido, seu julgamento estaria amparado no imperativo do desempenho de sua atividade precípua de militar que, naquele momento, ocupava um cargo político:

O presidente da República não estava preocupado com o Exército, perdera, com o tempo e o cargo, o sentimento militar que se embotara nas lides políticas. Via, antes de qualquer coisa, o problema político.

No iminente choque político-militar, fez sua opção pelos políticos; a melindrá-los, preferiu contemporizar com o Exército. Temeu muito mais a reação política do que a militar. Ele conhecia bem os generais do Alto Comando, eu é que não os conhecia...os homens unicamente da farda – homens da tropa – viam acima de tudo o Exército, mas os “anfíbios” não o colocavam tão alto...(FROTA, 2006, p.174-75).

Essa mudança no padrão de relações ou na percepção de um sobre o outro pode ser analisada pela separação entre os interesses

institucional e político, em que determinadas situações acarretavam posicionamentos e ações distintas dos atores militares. Nessas situações de choque entre os interesses políticos e os interesses da caserna, Geisel é descrito por Frota como uma liderança que possuía “tendência esquerdizante”, mais preocupado com a política e a opinião civil que com sua posição de chefe revolucionário, sendo por isso apresentado como traidor da revolução, senão o maior deles:

O general Ernesto Geisel tinha idéias próprias sobre a condução dos destinos do Brasil, nem todas cabíveis no pensamento revolucionário. Só ouvia os chefes militares para dar apoio a uma decisão antecipadamente tomada, nos momentos em que temia as repercussões públicas. Nessas ocasiões os problemas eram apresentados, habilmente, com tonalidades revolucionárias. Usou os chefes militares mais como escudos, e jamais como assessores. A supervalorização que faz de si levá-lo a confundir-se com a Revolução que acabou, por isto, destruindo em suas bases, com a cooperação do grupo palaciano, interessado apenas em conservar, a qualquer preço, o poder (FROTA, 2006, p.321).

Assim, na visão de Frota, Geisel concretizava características mais políticas que profissionais e, por isso, simboliza o rompimento com os ideais da revolução liderada pelos militares. Dessa forma, na mesma medida em que procura definir o grupo opositor, Frota termina por estabelecer as características do grupo que representa e seu posicionamento dentro da estrutura revolucionária. Neste jogo, as opiniões defendidas por ele partem sempre da premissa profissional – na medida em que se coloca como representante dos interesses institucionais – a fim de destacar a lealdade do grupo aos ideais revolucionários. Por mais que ocupasse um cargo político, em última instância como profissional militar caberia-lhe defender os interesses da instituição. Neste contexto, assim Frota define as funções e papéis das lideranças militares, mais especificamente do Presidente da República e do Ministro do Exército (cargos ocupados, respectivamente, por Geisel e Frota):

Encaro, desta maneira, a conduta dos chefes militares na política, não excluindo deles o próprio ministro que, embora ocupe cargo funcionalmente político, sendo militar, não perde suas características castrenses. Ele é o traço de ligação entre a instituição e o presidente, cabendo-lhe a árdua tarefa de, como comandante superior do Exército, expor ao chefe do governo,

sempre que for necessário, o pensamento da Força militar que dirige.

Um ministro militar é, do meu ponto de vista, primordialmente, o representante e defensor de sua Força junto ao presidente e, secundariamente, um delegado deste na sua instituição.

Em última análise, quando no confronto de opiniões os obstáculos tornam-se intransponíveis e a conciliação impossível, impõe-se ao titular da pasta solidarizar-se com o pensamento de sua Força (FROTA, 2006, p.34).

Com relação às disputas travadas em torno da questão sucessória, é possível encontrar de maneira recorrente na bibliografia sobre o período militar a conexão entre duas considerações: a de que o General Castelo Branco teria perdido a guerra contra a “linha dura”, quando não conseguiu impedir a indicação de Costa e Silva no processo de sucessão presidencial; e a de que, tentando evitar a repetição de episódio semelhante, teria havido uma segunda guerra nos redutos do poder para sagrar o sucessor do Presidente Geisel. Para muitos analistas, os herdeiros de Castelo aprenderam a lição e obrigaram o sistema a engolir o nome de Figueiredo como Presidente da República. Embora afirmasse não haver um cronograma para esse processo de distensão, Geisel declarava também que nunca tivera a intenção de terminar seu mandato como Presidente sem abolir o AI-5 (STEPAN, 1986, p.47-48).

Por outro lado, como apontou Enio Pinheiro aos pesquisadores do Cpdoc, a oposição militar acreditava fortemente na possibilidade de derrubada do projeto de distensão de Geisel, apoiando Sylvio Frota como candidato na disputa pela sucessão. Os temas da candidatura de Frota e da articulação da oposição em torno de seu nome são, portanto, fundamentais para a compreensão dessa dinâmica que culminou com a vitória de Geisel, analisada por muitos como a vitória do castelismo sobre a linha dura.

Na narrativa de Frota é possível identificar o reforço da visão da perda da disputa sucessória do Presidente Castelo Branco em 1968 pelo grupo moderado e, de maneira análoga, como esta disputa teria sido automaticamente transferida para a sucessão de Geisel. Entretanto, em sentido inverso, Frota se empenha em explicar que o surgimento de seu nome como candidato à presidência da República teria se dado à sua revelia, embora entendesse este processo como natural em razão da importância do cargo por ele ocupado. É interessante destacar como nesses momentos o discurso separa o posicionamento pessoal de Frota

daquele que seria tido como natural em função de sua visibilidade política, por meio do recurso da utilização da terceira pessoa do singular. Os estudos inseridos na perspectiva da Análise do Discurso destacam o papel e a função da descontinuidade no processo enunciativo pela alternância do sujeito na constituição de sua identidade. Isto é, quando um enunciador escolhe dizer “eu”, “nós” ou não enunciar nenhuma dessas marcas há procedimentos de reconhecimento e instauração das identidades. Enquanto o “eu” projeta uma imagem de si a partir do que foi dito, um enunciado em terceira pessoa altera a função enunciativa na medida em que não é o “ele” quem fala, mas sim um “eu” que não se apresenta no enunciado para criar efeito de sentido de objetividade (CONDE, 2006; MAINGUENEAU, 2008). Como afirma Gaydeczka, “a importância dos processos enunciativos que constituem diferentes gêneros nos auxilia a compreender os efeitos de sentido criados, por exemplo, o efeito de sentido de objetividade, de subjetividade, de credibilidade, de mentira, de passado” (2010, p.98). Nesse sentido, Frota distancia-se do Ministro do Exército sempre que pretende reafirmar a lógica da articulação em torno de sua candidatura à presidência como não sendo de sua iniciativa, mas defendida por outros por ser inerente ao cargo:

O elemento mais visado era o Ministro do Exército, candidato tido como natural numa estratocracia, conquanto *este* nunca tivesse aspirado a qualquer cargo público ou eletivo, pelas suas naturais desambição e indiferença às lides políticas. Contudo, *desejava o ministro* que o Exército, responsável com as outras Forças singulares perante a opinião pública pelos erros e acertos da Revolução, *fosse consultado* quanto à sucessão e *não ficasse esquecido*, recebendo apenas comunicações tardias de decisões universalmente conhecidas.

Deste seu pensamento nunca fez segredo e houve quem com ele muito se incomodasse (FROTA, 2006, p.325 – grifos nossos).

Segundo Frota, justamente pela indicação de seu nome na linha sucessória ser vista como desdobramento natural do cargo ocupado na estrutura revolucionária, a preocupação com o Ministro do Exército já podia ser identificada antes mesmo de todos os eventos que se desenrolaram até sua demissão. Aliás, todos os eventos relacionados são analisados por ele dentro do contexto de desmoralização do Ministro do Exército tendo em vista consolidar o nome do sucessor escolhido por

Geisel, evitando a repetição do episódio Costa e Silva. Por tudo isso, os eventos que levaram à sua demissão são tratados como “A Farsa de Outubro”, pois constituíram manobras elaboradas tendo como objetivo final a perpetuação do grupo castelista no poder. Assim, a narrativa apresentada por Frota se insere num quadro de autodefesa promovida pelo relato testemunhal, não apenas como resposta direta à memória que se institucionalizou como memória oficial do regime militar, mas principalmente procurando restabelecer pública e profissionalmente sua imagem, ferida nas disputas políticas. O trecho abaixo sintetiza o objetivo de tais manobras e a situação a qual ele teria sido exposto:

A minha suposta candidatura foi uma manobra muito bem engendrada pelo grupelho do Planalto. Criava a incompatibilidade entre o presidente e o ministro; justificava uma vigilância mais rigorosa do SNI e de seus alcaguetes militares sobre o general Frota; revelaria os simpatizantes do ministro a tempo de neutralizá-los; explicaria, por parte dos administradores do general Figueiredo, uma propaganda mais aberta de seu candidato, conjugada certamente com uma campanha de difamação à pessoa do ministro e, finalmente, o que era mais importante, serviria para dar a qualquer atitude, tomada pelo ministro, de rejeição ao candidato do Planalto, o caráter de interesse pessoal, desvirtuando-a. Havia ainda a possibilidade de o ministro desmentir-la, publicamente, agrilhoando-se a mais um compromisso com a Nação e fortalecendo, deste modo, a candidatura oficial, que continuaria solertemente sem empecilhos. Esta solução era de agrado do palácio e o general Hugo Abreu, na sua *boa-fé*, chegou a sugerir-me a adotasse.

A exploração de meu nome, o alarde que se fazia em torno de minhas visitas às guarnições militares, a divulgação, os incentivos e as invencionices ligadas a minha suposta candidatura foram atividades urdidas no palácio, em particular, segundo informações, no próprio Gabinete Civil da Presidência, visando a criar-me choques e incompatibilidades com o general Geisel. O próprio general Hugo Abreu disse-me isto e confirmou em um dos seus livros.

Obstino-me em negar tivesse manifestado com alguém, em qualquer circunstância, pretensões ao cargo presidencial. As especulações que se faziam surgiam à minha revelia e delas, como já disse, nunca tive prévio conhecimento.

Não aceitava, e isto era pensamento antigo, a imposição ao Exército de um candidato único, mui especialmente quando o

ungido pelas graças presidenciais trazia a reboque um grupo de elementos de carcomidos conceitos na opinião pública. E a voz do povo é a voz de Deus, na concordância inequívoca expressa pelo adágio (FROTA, 2006, p.347 – grifos do autor).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto memorialístico do regime militar constitui ao mesmo tempo fonte e objeto histórico, uma vez que além de descreverem uma época, essas obras também travam entre si uma luta pelo estabelecimento da “verdade”, trazendo consigo informações relevantes para a compreensão não só dos acontecimentos políticos narrados, mas também do desenvolvimento da história do exército brasileiro e de seu pensamento. Assim, as obras de caráter testemunhal constituem fontes históricas importantes para a compreensão da ideologia que levou ao golpe de 1964, seu desenvolvimento e os conflitos que envolveram o seu término, pelos depoimentos de figuras que simbolizaram a luta entre correntes ideológicas distintas.

Mais especificamente, neste trabalho nos debruçamos sobre a obra “Ideais Traídos”, do General Sylvio Frota, figura importante na estrutura de poder durante o governo Geisel, com vistas a analisar a relação e as disputas existente entre os eventos históricos e a institucionalização de uma memória oficial. Por ser usualmente identificado como representante da corrente militar de oposição ao governo Geisel, é possível perceber na narrativa de Frota o esforço na reconstrução dos eventos que se desenrolaram enquanto ocupava o cargo de Ministro do Exército buscando desconstruir a imagem que se criou em torno do grupo de Geisel. Como parte do processo narrativo de construção identitária e (re)significação de sentidos, na mesma medida em que se esforça em desconstruir a imagem de Geisel e seu grupo, a narrativa elabora sua imagem e de seus aliados não como os ortodoxos ou linha-dura, mas como pessoas comprometidas com a revolução e com a defesa dos preceitos da profissão militar e da própria instituição. Nesse sentido, seu testemunho se estabelece como a busca por uma reparação da imagem profissional e pessoal maculada pela política.

REFERÊNCIAS

- ATASSIO, Aline Prado. *A batalha pela memória: os militares e o golpe de 1964*. São Carlos, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFSCar.
- AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *A grande mentira*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.
- CONDE, Dirceu Cleber. ‘Eu’, ‘Nós’, ‘Eles’: um triângulo de in(ex)clusões. *Letras & Letras*, Uberlândia, v. 22, n. 2, p. 287-308, jul./dez. 2006.
- D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- GAYADECZKA, Beatriz. A construção do enunciador e do enunciatário na voz institucional. In: *Anais do 6º Seminário de Pesquisa em Linguística Aplicada (Seapla)*. Taubaté, 2010. Disponível em <http://www.unitau.br/scripts/prppg/la/6sepla/site/resumos_expandidos/GAYDECZKA_Beatriz_p_95_108.pdf>. Acesso em 19 jan. 2011.
- HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda*. São Paulo: Ática, 1994.
- LIVRO secreto do Exército mostra a engrenagem da repressão. *Correio Braziliense*. Brasília, DF, 15 abr. 2007.
- MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Lucia. R.; SALGADO, Luciana. S.(Orgs.) *Ethos Discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MANCUSO, Amanda Pinheiro. 1964 – 31 de março: O movimento revolucionário de sua história (Resenha). *Teoria & Pesquisa*. São Carlos, n. 46, p. 173-178, jan. 2005.
- MANCUSO, Amanda Pinheiro. *Entre terra e mar: história e política na narrativa oficial das Forças Armadas brasileiras – os casos do Exército e da Marinha*. São Carlos, 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UFSCar.
- MARTINS FILHO, João Roberto. A ditadura revisitada: unidade ou desunião? In: *Seminário 40 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

- MOTTA, Aricildes de Moraes (Coordenação Geral). *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. 14 Tomos.
- NEVES, Lucília de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos de identidade. *História Oral*. Rio de Janeiro, v. 3, p. 109-116, 2000.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. Conflitos militares e decisões políticas sob a presidência do General Geisel (1974-1979). In: ROUQUIÉ, Alain (Coord.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- REIS, Daniel Aarão (Org.). *Versões e ficções: o seqüestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *O Golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: Ed. Ufscar, 2006.
- SALLUM Jr., Brasília. *Labirintos: dos generais à Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995a.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs.). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995b.
- STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Brasília: Brilhante Ustra Ed., 2007.
- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio* [online]. 2003. Disponível em: <http://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com_content&task=view&id=28&Itemid=30>. Acesso em: 26 maio. 2008.

